

Relatório da Administração

SENHORES ACIONISTAS

Submetemos à apreciação e deliberação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Consolidadas da Mangels Industrial S.A., acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do conselho fiscal, preparadas conforme as disposições da legislação societária, normas e instruções emitidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

CENÁRIO ECONÔMICO

A economia brasileira iniciou o ano de 2011 em ritmo mais lento do que o ano anterior, isto porque o governo brasileiro tomou as chamadas medidas macroprudenciais no final de 2010, visando a redução do nível da atividade econômica e consequentemente do nível inflacionário até então existente, influenciados principalmente pelos elevados níveis de crédito e consumo interno.

Essas medidas de redução do crédito combinadas ao agravamento da crise na Europa reduziram os níveis de consumo, de inflação e desaceleraram o ritmo de crescimento da economia brasileira. A desaceleração foi mais intensa na produção industrial, que mostrou desempenho fraco ao longo de 2011, atingindo um crescimento de apenas 0,3%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O governo iniciou um movimento de redução dos juros e incentivos fiscais no segundo semestre de 2011, com a finalidade de estimular a economia. Espera-se que as medidas tomadas surtam efeito em 2012.

A economia brasileira encerrou o ano de 2011 com crescimento do PIB em 2,7%, frente aos 7,5% de crescimento em 2010, ou seja, sem grandes destaques. Nesse ano a taxa de juros Selic ficou em 11%, o desempenho caiu para o menor nível desde 2003 segundo o IBGE, e a inflação atingiu 6,5%, medida pelo IPCA.

Apesar da crise europeia, o investimento estrangeiro direto se manteve forte nos últimos meses de 2011, totalizando US\$66,7bilhões, e o saldo das reservas internacionais brasileiras totalizou US\$35,2bilhões, constituindo uma situação confortável para o Brasil contra a crise. No entanto, a deterioração do cenário externo, principalmente pela crise na Europa, provocou a desvalorização do Real no final de 2011 frente ao Dólar. A moeda norte-americana encerrou o ano cotado a R\$1,8758 ante uma cotação de R\$1,6662 por dólar ao final de 2010, contribuindo para uma pressão adicional nos custos da Empresa atrelados ao Dólar ao final do ano.

DESEMPENHO CONSOLIDADO

Demonstração do Resultado	2010	2011	Varição
R\$ Milhões			
Receita Bruta	1.012,9	940,4	-7,2%
Receita Líquida	783,3	722,9	-7,7%
Mercado Interno	743,3	685,8	-7,7%
Mercado Externo	39,9	37,1	-7,2%
CPV	(655,6)	(626,0)	-4,5%
Lucro Bruto	127,7	96,8	-24,2%
Margem Bruta	16,3%	13,4%	-2,9 p.p.
Despesas Operacionais	(82,6)	(86,2)	-4,4%
Outras (Despesas) Receitas Operacionais	6,6	(7,9)	-220,4%
Lucro Operacional	51,7	2,7	-94,7%
Resultado Financeiro	(18,2)	(49,8)	-174,1%
Receita Financeira	17,7	21,4	21,0%
Despesa Financeira	(38,4)	(45,8)	-19,4%
Varição Cambial Líquida	2,5	(25,4)	-1.101,3%
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	33,5	(47,1)	-240,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(12,0)	14,5	-220,4%
Lucro Líquido	21,5	(32,6)	-251,6%

No ano de 2011 a Mangels sofreu com os diversos movimentos não favoráveis no mercado brasileiro e mundial. Segundo dados do Instituto de Aço Brasil (IAB) o consumo de produtos siderúrgicos no mercado nacional atingiu 25 milhões de toneladas em 2011, uma queda de 4,2% quando comparado com o mesmo período de 2010, mostrando a desaceleração da demanda em toda a cadeia produtiva.

No setor automotivo, principal segmento de atuação da Empresa, a produção de veículos apresentou crescimento de 0,7% quando comparado ao ano anterior. No entanto, o volume de vendas de rodas para a indústria automotiva diminuiu devido à redução de atividade das montadoras japonesas instaladas no Brasil, consequência do tsunami no Japão e de enchentes na Tailândia, que geraram paradas de produção devido à falta de componentes elétricos. Outro fator externo importante ao nosso negócio foram as medidas protecionistas do Governo Argentino que criou barreiras para a exportação de autopeças brasileiras.

Outro evento, que contribuiu para o desempenho menor, foi o aumento na venda de carros importados, com participação de 23,6% em vendas totais, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Este fator representou menos vendas de rodas para as Empresas nacionais.

Para controlar o aumento na venda de importados, em setembro passado o Governo brasileiro regulamentou a elevação da alíquota de IPI para automóveis importados pelo país, a exceção dos modelos fabricados no México e nos países do Mercosul, que por razão dos acordos comerciais bilaterais vigentes, não sofreram alteração da alíquota.

Entretanto, essa medida não deu retorno em 2011, pois no 4T11 o mercado automotivo reduziu o volume de negócios e algumas montadoras anunciaram férias coletivas.

Assim sendo, a Receita Líquida de 2011 foi de R\$722,9 milhões, representando diminuição de 7,7% em comparação com o ano de 2010, que foi de R\$783,3 milhões.

O custo dos produtos vendidos em 2011 totalizou R\$626,0 milhões, o que representou 86,6% da receita líquida, enquanto em 2010, o custo representou 83,7%, significando um aumento de 2,7 pontos percentuais (pp). Pelo fato dos custos operacionais terem em sua composição acentuada característica de custos fixos, a redução no volume de vendas influenciou diretamente as margens. Além disso, a Empresa tomou diversas medidas para melhorar o seu desempenho presente e futuro, e em julho e dezembro, ajustou seu quadro de colaboradores e dissipou aproximadamente R\$10 milhões em indenizações. O custo dos produtos vendidos no 4T11 também refletiu os impactos do dispêndio anual de 10%, efetivado em novembro de 2011. As despesas com vendas, gerais e administrativas somaram no ano R\$86,2 milhões, um aumento de 4,4% quando comparadas a 2010. Esse número também está influenciado pelo ajuste no quadro de colaboradores para adequação às demandas do mercado.

As outras (despesas) e/ou receitas operacionais em 2011 somaram R\$7,9 milhões, frente aos R\$6,6 milhões de receita líquida em 2010, consequência do estorno do valor de R\$10,2 milhões referente ao Crédito de IPI, que foi reconhecido no resultado em 2010, conforme nota explicativa nº 18.

Desta forma, o lucro operacional obtido em 2011 foi de R\$2,7 milhões frente aos R\$51,7 milhões de 2010.

A despesa financeira total de 2011 foi impactada negativamente devido à despesa de variação cambial de R\$25,4 milhões, decorrente da valorização do dólar frente ao real, totalizando R\$49,8 milhões, contrastando com o de R\$18,2 milhões em 2010, que não sofreu o mesmo efeito naquele ano. Estes efeitos ocorreram principalmente devido a empréstimos captados em dólar norte-americano. Em 2011 o resultado final após o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido foi um prejuízo de R\$32,6 milhões, frente ao lucro de R\$21,5 milhões registrado em 2010.

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

R\$ Milhões	4T10	4T11
FINANCIAMENTOS		
Curto Prazo	140,1	168,4
Longo Prazo	375,7	315,3
	515,8	483,7

DISPONIBILIDADES	4T10	4T11
Caixa e equivalentes de caixa	123,4	148,8
Títulos e valores imobiliários	97,0	61,0
	220,4	209,8

Em 31 de dezembro de 2011 a dívida líquida totalizou o montante de R\$273,9 milhões, representando uma redução de R\$21,5 milhões em relação à dívida de 2010. Esta redução do endividamento líquido é devida ao melhor gerenciamento do capital de giro, que teve uma queda acima de R\$80 milhões em 2011.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 e 2010

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	114.221	53.105	148.808	123.937
Títulos e valores mobiliários	59.649	17.668	60.990	96.549
Contas a receber de clientes	92.972	-	99.114	97.692
Estoques	73.862	-	85.342	107.698
Tributos a recuperar	33.186	1.367	34.688	47.484
Despesas do exercício seguinte	1.626	-	1.630	929
Outros ativos	11.987	4.750	13.214	16.171
	387.483	76.890	443.786	490.460
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Tributos a recuperar	7.034	-	7.034	6.752
Tributos diferidos	32.717	5.594	32.717	13.445
Depósitos judiciais	7.330	6	7.369	8.905
Outros ativos	2.131	-	3.128	1.918
	49.212	5.600	50.248	31.200
Investimentos	47.782	220.065	-	-
Imobilizado	309.121	-	323.058	315.647
Intangível	16.838	-	16.844	18.305
Diferido	175	-	909	1.379
	423.128	225.665	391.059	366.351
TOTAL DO ATIVO	810.611	302.555	834.845	856.811

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011 e 2010

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Em 31 de dezembro de 2009	89.359	71.757	5.386	10.427
Realização da reserva de reavaliação reflexa	-	-	-	-
Aumento de capital	81.914	(71.487)	-	(10.427)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	21.510
Dividendos prescritos	-	-	-	2
Aprovação de dividendo adicional	-	(270)	-	(270)
Destinação	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	1.076	(1.076)
Dividendos obrigatórios - R\$ 0,295 por ação	-	-	-	(5.109)
Dividendo adicional proposto	-	-	343	(343)
Reserva de lucro	-	-	16.502	(16.502)
Reserva legal	-	-	(6.462)	-
	171.273	16.845	6.462	32.283
Em 31 de dezembro de 2010	171.273	16.845	6.462	32.283
Realização da reserva de reavaliação reflexa	-	-	-	(1.033)
Aumento de capital	-	-	-	1.033
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(32.601)
Dividendos prescritos	-	-	-	-
Aprovação de dividendo adicional	-	(343)	-	(343)
Destinação	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucro	-	-	16.502	(16.502)
Reserva legal	-	-	(6.462)	-
	171.273	-	-	31.250

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Mangels foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração de 22 de março de 2012.

A Mangels Industrial S.A. (a seguir designada "Controladora", "Companhia", ou "Mangels"), é uma sociedade por ações domiciliada no Brasil, sendo suas ações negociadas na BM&F Bovespa. A sede social da Companhia está localizada na Rua Verbo Divino, 1.488 - 6º andar - São Paulo - SP.

A Mangels Industrial S.A. tem por objeto a produção e comercialização de produtos de aço relaminados, peças de aço estampado, de recipientes de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e tanques de ar combustível para ônibus e caminhões, prestação de requalificação de recipientes para GLP separação e classificação de vasilhamas vazios de GLP, produção e venda de rodas automotivas de alumínio, serviços de galvanização de artefatos de aço e fabricação e comercialização de defensas para estradas.

Todos os valores apresentados nestas Demonstrações Financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia completou o "Plano de Reorganização das Sociedades Controladas" no primeiro trimestre de 2011, que consistiu na transferência das atividades operacionais das controladas Mangels Indústria e Comércio Ltda., Mangels Galvanização Ltda., Laminado Baukus Ltda., Maxitrade S.A., Recman Comercial e Administradora Ltda., e da Superfície Ltda. para a própria Mangels Industrial S.A. Este projeto teve como objetivos: (a) simplificar a estrutura societária das controladas da Companhia; (b) otimizar processos operacionais e administrativos; e (c) reduzir o número de sociedades controladas, com redução de despesas administrativas. Maiores detalhes decorrentes dessas reorganizações estão demonstrados na Nota Explicativa 10.3.

2 Políticas contábeis

As demonstrações financeiras da controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Na demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins das normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB, para as demonstrações separadas, seriam pelo custo ou valor justo.

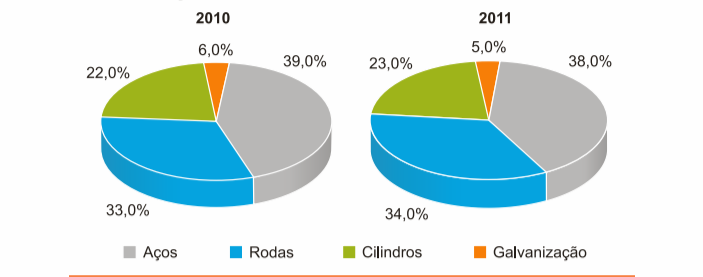
INVESTIMENTOS

Os investimentos neste ano somaram R\$37,9 milhões, abaixo dos R\$50,6 milhões despendidos em 2010. Os principais investimentos foram a construção de nova linha de decapagem no Negócio Aços, a aquisição de equipamentos na linha da usinagem e reciclagem de cavacos de alumínio no Negócio Rodas, e para a construção da nova Requalificadora de botijões de GLP na Bahia, já inaugurada em agosto de 2011 pelo Negócio Cilindros.

Esses investimentos visam a redução de custos, melhoria de qualidade, atualização tecnológica, produtividade e competitividade da Empresa.

DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

PARTICIPAÇÕES DOS NEGÓCIOS NA RECEITA LÍQUIDA



ÁÇOS

R\$ milhões	2010	2011	Varição
Receita Bruta	402,3	363,4	(9,7%)
Receita Líquida	302,4	272,3	(10,0%)
Mercado Interno	295,2	262,3	(11,1%)
Mercado Externo	7,2	10,0	38,9%
CPV	(259,1)	(246,6)	(4,8%)
Lucro Bruto	43,3	25,7	(40,8%)
Margem Bruta	14,3%	9,4%	(4,9 p.p.)

Em 2011 o Negócio Aços apresentou retração de 9,7% na sua Receita Líquida, em função de vários fatores: (i) queda forte dos preços de venda; (ii) importação de matérias primas e produtos pelos clientes; (iii) queda no mercado de autopeças devido a importações maiores de veículos. Portanto, a margem bruta foi influenciada negativamente pelos fatos acima descritos, assim como pelos aumentos de preços de diversos insumos e da mão de obra, acima dos índices de inflação.

RODAS

R\$ milhões	2010	2011	Varição
Receita Bruta	330,8	318,0	(3,9%)
Receita Líquida	263,5	249,3	(5,4%)
Mercado Interno	232,1	224,0	(3,5%)
Mercado Externo	31,4	25,3	(19,4%)
CPV	(221,1)	(210,6)	(4,7%)
Lucro Bruto	42,5	38,7	(7,5%)
Margem Bruta	16,1%	15,5%	(0,6 p.p.)

Este negócio sentiu os efeitos da desaceleração da produção industrial brasileira, desencadeada especialmente pelo aumento na venda de carros importados, das enchentes na Tailândia e do tsunami ocorrido no Japão em março de 2011, que ocasionou interrupção em importantes cadeias produtivas, inclusive nas indústrias automotivas japonesas instaladas em nosso país.

CILINDROS

R\$ milhões	2010	2011	Varição
Receita Bruta	222,1	210,1	(5,4%)
Receita Líquida	172,5	163,3	(5,3%)
Mercado Interno	171,2	161,5	(5,7%)
Mercado Externo	1,3	1,8	38,5%
CPV	(142,8)	(138,9)	(2,7%)
Lucro Bruto	29,7	24,4	(17,9%)
Margem Bruta	17,2%	14,9%	(2,3 p.p.)

Em 2011, as companhias distribuidoras de GLP ainda não atingiram um ritmo normal de compras de botijões novos. Entretanto, no segmento de serviços de requalificação de botijões usados verificou-se tendência de aumento nas vendas.

As companhias, em 2012, deverão iniciar os reparos aos botijões para atender ao programa da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

GALVANIZAÇÃO

R\$ milhões	2010	2011	Varição
Receita Bruta	57,7	48,9	(15,3%)
Receita Líquida	44,8	38,0	(15,2%)
Mercado Interno	44,8	38,0	(15,2%)
CPV	(32,6)	(29,8)	(8,6%)
Lucro Bruto	12,2	8,2	(32,8%)
Margem Bruta	21,2%	21,5%	(5,6 p.p.)

Em 2011, o Negócio Galvanização registrou receita líquida de R\$ 38 milhões, 15,2% inferior ao mesmo período de 2010.

A principal razão pela queda de vendas foi a falta de investimentos em infraestrutura, em particular no setor de rodovias. Entretanto, a tendência é que em 2012 esses investimentos deverão aumentar.

DESEMPENHO DAS AÇÕES PREFERENCIAIS

As ações preferenciais da Empresa (MGEL4) fecharam em 31 de dezembro de 2011 cotadas a R\$ 4,86, frente à cotação de R\$ 10,80 em 31 de dezembro de 2010.

Período	Média Diária		Número de Negócios	Volume Negociado R\$ mil
	31/12/2011	31/12/2010		
2004	7,2	195,9		
2005	7,4	120,7		
2006	6,7	57,8		
2007	22,7	430,9		
2008	14,5	147,0		
2009	19,1	125,2		
2010	22,6	270,4		
2011	9,8	117,5		

Valores expressos em R\$ mil

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTE				

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Principal	Custos de Transação	2010
Principal	70.000	(1.072)	68.928
Juros	1.035	-	1.035
	71.035	(1.072)	69.963
Circulante	15.554	(35)	15.519
Não Circulante	55,481	(1.037)	54.444

Em 7 de maio de 2010, o Conselho de Administração, aprovou a 3ª emissão pública, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, no montante de R\$ 70.000, com as seguintes condições: (i) Data de Emissão: 18 de maio de 2010; (ii) Valor Nominal Unitário: R\$ 1.000; (iii) Quantidade de Debêntures e Número de Series: 70 (setenta) Debêntures, em série única; (iv) Colocação e Negociação: as Debêntures foram objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, com garantia firme de subscrição para o volume de R\$ 70.000; (v) Prazo e Data de Vencimento: 5 (cinco) anos a partir da Data de Emissão; (vi) Remuneração: sobre o valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 118,00% (cento e dezoito por cento) da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de um dia denominada "Taxa DI over extragrupo", a serem pagos semestralmente; (vii) Amortização: o valor nominal unitário das Debêntures será amortizado em 9 (nove) parcelas semestrais e consecutivas, a partir de 18 de maio de 2011; e (viii) Garantia: as Debêntures contarão com a garantia da cessão sob condição suspensiva de direitos creditórios da Mangels Industrial S.A., até o limite de 55% (cinquenta e cinco por cento) do saldo devedor das Debêntures.

No ano de 2011, foi amortizado o valor do principal R\$ 15.554 milhões.

Como obrigação a contratação das Debêntures, a Companhia deve atender trimestralmente e anualmente determinados indicadores financeiros (covenants) medidos com base nas demonstrações financeiras intermediárias e demonstrações financeiras anuais, respectivamente, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Em 28 de dezembro de 2011 a Companhia renegociou o indicador financeiro e desta forma tornou-se adimplente com essas obrigações contratuais, na data do encerramento das demonstrações financeiras.

As parcelas de longo prazo vencem conforme demonstrado abaixo:

Ano	2011	Consolidado	2010
2012	-	-	15.554
2013	15.554	-	15.554
2014	15.554	-	15.554
2015	7.131	-	7.782
	38.239	54.444	

1.9 Perda por redução ao valor recuperável de ativos

A Companhia realizou o teste de "impairment", onde foram consideradas as premissas a seguir descritas em atendimento ao CPC 01 (Itens 28 a 76).

Os estudos realizados contemplam 4 unidades de negócio diferentes que agregam os ativos necessários para a atividade operacional da Companhia. Estas unidades de negócio são: Divisão Aços, Divisão Rodas, Divisão Cilindros e Unidade Galvanização. Entende-se também que estas unidades de negócio são os conjuntos mínimos de ativos necessários para a geração de uma atividade operacional mensurável em termos de valor e caixa.

Os estudos também contemplam a análise recuperação do valor contábil do ativo intangível, decorrentes de combinação de negócios. Utilizou-se o método de Fluxo de Caixa Descontado para o estudo, onde foram gerados valores presentes por unidade de negócio, e comparados aos valores de ativo imobilizado e intangível. Tais fluxos foram descontados pelo custo médio ponderado de capital (WACC, em inglês), que em 31 de dezembro de 2011 totalizou 12,78% considerando efeitos da inflação e 7,37% sem efeitos da inflação. Também foi considerado um valor pela perpetuidade dos fluxos.

O período de projeção foi de 5 anos (2012 até 2016), sendo que o primeiro ano representa o Orçamento de 2012 da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração.

As análises efetuadas não revelaram a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável.

1.6 Provisão para riscos e discussões judiciais

A Companhia é parte integrante em processos trabalhistas, tributários e cíveis em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. A provisão para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais.

Abaixo demonstramos os saldos das provisões para riscos e discussões judiciais e dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

	Consolidado		Provisão para riscos e discussões judiciais		Depósitos judiciais	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Tributárias	2.543	2.914	-	471	-	-
Trabalhistas e previdenciárias	3.715	4.423	1.252	2.686	3.715	4.423
Outras	1.111	1.568	2.566	2.584	-	-
	7.369	8.905	3.818	5.741		

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas e previdenciárias	Outras	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	-	748	2.775	3.523
Adições	471	3.857	-	4.328
Baixas	-	(1.919)	(191)	(2.110)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	471	2.686	2.584	5.741
Adições	-	1.079	-	1.079
Baixas	(471)	(2.513)	(18)	(3.002)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	-	1.252	2.566	3.818

i) Refere-se à baixa da provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, em decorrência da decadência do prazo para cobrança destes tributos.

ii) Refere-se ao encerramento de processos trabalhistas, cujos valores encontravam-se depositados judicialmente.

Riscos classificados como prováveis - estão provisionados na rubrica Provisão para riscos e discussões judiciais e representadas conforme abaixo descrito:

- Tributárias:** refere-se à provisão para demanda relacionada à compensação integral de Imposto de Renda e Contribuição Social na controlada indireta Recman Comercial e Administradora Ltda.

- Trabalhistas e previdenciárias:** são representados por ações trabalhistas que buscam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, tais como: horas extras, equiparação salarial e outros.

- Outras:** representados por Empréstimo Compulsório Eletrobras.

Riscos classificados como possíveis - não têm provisões reconhecidas contabilmente e estão representadas por processos administrativos ou demandas judiciais conforme descrito abaixo:

(a) **Tributárias**

i) **COFINS** - compensação de PIS calculados na forma dos Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449 de 1988 (PIS Semestralidade) com COFINS - refere-se a valores considerados como compensações indevidas e inscritos na dívida ativa da União em janeiro de 2008, no montante de R\$6,5 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2011 (R\$ 6,2 milhões em 31 de dezembro de 2010).

ii) **PIS e COFINS** - compensações do crédito presumido de IPI referente ao 1º e ao 3º trimestre de 2000 com débitos de PIS e COFINS não homologados pela fiscalização federal, efetuadas no exercício de 2003, no valor de R\$ 3,5 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2011 (R\$ 3,4 milhões em 31 de dezembro de 2010).

iii) **ICMS** - refere-se a auto de infração lavrado pela Secretaria da Fazenda em 19 de maio de 2010 sob o argumento de tributação a menor de material aplicado na industrialização sob encomenda e de créditos extemporâneos indevidos, no montante de R\$5,6 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2011 (R\$ 5,3 milhões em 31 de dezembro de 2010).

iv) **CPME** - compensações de créditos acumulados de IPI no período de 2002 a 2005 com débitos de CPME. Referem-se a créditos reconhecidos parcialmente pelo Fisco, o qual entendeu que os mesmos seriam insuficientes uma vez que também incluiu as ações da CPME multa de mora. O montante corresponde a R\$3,0 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2011(R\$ 2,9 milhões em 31 de dezembro de 2010).

v) **CSLL/IRPJ** e outros - compensações de crédito de PIS/COFINS por exportação referente ao 1º e 2º trimestres de 2004 com débitos da CSLL/IRPJ e outros, não homologadas pela fiscalização federal por contemplar vendas para a Zona Franca de Manaus. O montante é de R\$ 3,9 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2011 (R\$ 3,7 milhões em 31 de dezembro de 2010).

(b) **Previdenciárias**

INSS e SAT sobre folha de pagamento e multas. Em novembro de 2007 foi lavrada notificação fiscal de lançamento de débito - NFD pelo INSS, em razão de recolhimentos a menor de contribuições previdenciárias (INSS, SAT e terceiros) no período de 2002 a 2006. O montante envolvido é de R\$ 3,3 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2011 (R\$ 2,7 milhões em 31 de dezembro de 2010).

(c) **Cíveis**

vi) A Companhia é parte em três ações cíveis, entre as quais duas no âmbito da justiça cível e uma na justiça federal, movidas por prestadores de serviços, referente a pedidos de indenização, perfazendo o montante de R\$ 2,7 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2011 (em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía um processo no valor de R\$1,5 milhões).

d) **Legislação vigente**

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de 5 a 30 anos. As legislações nos demais países em que as controladas da Companhia operam possuem prazos prescricionais diferenciados.

1.7 Informações sobre partes relacionadas

a) **Transações e saldos**

Saldos patrimoniais e transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2011:

	Ativo	Passivo	2011
	Circulante	Circulante	Receitas (despesas)
Com empresas consolidadas			
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	926 (2)	636 (2)	(9.419)(2)
E. Koga Ltda.	1.000 (1)	-	-
Controladora	1.926	636	(9.419)
Saldos patrimoniais e transações no exercício findo em 31.12.2010			
			2010
			Não Circulante
Com empresas não consolidadas			
Mangels S.A.	-	-	280
Tecnopar S.A.	-	-	5
Consolidado			285
(1) <i>Refere-se a dívidas de ex-sócios da E. Koga, contabilizada na rubrica de "outros ativos".</i>			285
(2) <i>Refere-se à operação comercial de venda de aço.</i>			

Todas as movimentações acima estão em condições pactuadas entre as partes.

b) **Remuneração do pessoal-chave da administração - Consolidado**

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros, diretores e os membros do Comitê Executivo. A remuneração anual global dos administradores, incluindo os honorários dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos Diretores, foi fixada em até R\$7.800 conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2011. A remuneração paga durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 está demonstrada a seguir:

	2011	2010
Honorários e encargos da diretoria e conselheiros	6.988	6.610
Planos de aposentadoria e pensão (i)	255	324
Outros benefícios (ii)	241	506
	7.484	7.440

i) Refere-se ao plano de contribuição definida mencionada na Nota Explicativa 2.7, sendo o valor aqui apresentado relativo apenas aos administradores, não incluindo os demais funcionários.

ii) Refere-se a gastos com assistência médica e seguro de vida em grupo sendo o valor aqui apresentado relativo apenas aos administradores, não incluindo os demais funcionários.

Os referidos gastos foram contabilizados na rubrica de despesas gerais e administrativas na demonstração de resultado.

1.8 Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora	2011	Consolidado	2010
Outras despesas operacionais				
Crédito Prêmio - IPI (a)	(10.235)	-	(10.235)	-
Provisão para perdas de processos trabalhistas	(1.079)	-	(1.079)	(2.852)
Valor residual de venda de ativos	(56)	-	(56)	(5.452)
Despesas relacionadas à venda de ativos	-	(69)	(69)	(837)
Honorários advocatícios	(1.042)	-	(1.042)	(237)
Provisão para gastos com descontinuidade do negócio de "After Market"	-	-	-	(2.100)
Outras despesas	(1.382)	(24)	(1.187)	(300)
	(13.794)	(24)	(13.613)	(11.778)
Outras receitas operacionais				
Receita de impostos (extemporâneos) (a)	-	968	11.040	-
Receita de venda de ativos	-	34	7.196	-
Benefício IRPJ - SUDAM	-	2.754	-	-
Outras receitas	-	200	1.964	100
	-	200	5.720	18.336
Total outras receitas operacionais	-	176	(7.893)	6.558

(a) A Companhia registrou em 2010 o valor de R\$10,2 milhões referente ao Crédito-prêmio de IPI transferido para terceiros de maio a novembro de 2000, conforme mencionado na Nota Explicativa 9.

A Receita Federal do Brasil - RFB não homologou tal transferência, tendo sido a empresa compradora dos créditos autuada em 2003 e por consequência ter reconstituído sua escrita fiscal para estornar os créditos escriturados em função da cessão ocorrida.

A empresa compradora dos créditos da Companhia recorreu administrativamente da decisão da Receita Federal, porém em Novembro de 2009, a mesma desistiu do processo e procedeu ao pagamento do débito. A Companhia, por força do contrato de transferência, assumiu a responsabilidade pelo pagamento do referido débito transferido a compradora.

Sendo assim, a Companhia entendeu ser seu direito reconhecer esse crédito em sua contabilidade e assim o fez em março de 2010. No entanto, a Companhia protocolou consulta na RFB, em 15 de outubro de 2010, sobre o direito de se creditar, em seu livro de Apuração e Registro de IPI, para compensação com futuros impostos a pagar. Até a data da emissão destas demonstrações financeiras, a Receita Federal não havia se manifestado. Entretanto, por medida de cautela em dezembro de 2011, a Companhia estornou também de sua contabilidade o crédito, optando por aguardar a manifestação oficial do Fisco para o devido reconhecimento do crédito em sua escrita fiscal e na contabilidade, para as devidas compensações que entende ser seu direito.

1.9 Impostos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social correntes foram computados de acordo com as alíquotas vigentes.

	2011	2010	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(53.445)	21.266	(47.059)	33.519
Exclusão do resultado da equivalência patrimonial	(10.095)	(22.780)	-	-
Lucro após a exclusão do resultado da equivalência patrimonial	(63.540)	(1.514)	(47.059)	33.519
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal de 34%	21.604	515	16.000	(11.396)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Provisões não dedutíveis	(252)	(427)	(1.560)	(427)
Outros	(508)	156	18	(186)
	20.844	244	14.458	(12.009)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(1)	(391)	(5.238)	(10.647)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	20.845	635	19.699	(1.362)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado de exercício	20.844	244	14.458	(12.009)
Alíquota efetiva	(32,8%)	(16,1%)	(30,7%)	(35,8%)

O imposto de renda e a contribuição social são calculados conforme legislação e alíquotas vigentes à data do balanço - alíquota de 25% para o imposto de renda e de 9% para contribuição social sobre o lucro. De acordo com as disposições da instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, são registrados contabilmente os créditos tributários diferidos sobre as diferenças temporárias.

c) **Créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos**

(i) **Tributos diferidos ativos:** Os saldos dos tributos diferidos ativos são compostos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias referentes a provisões, cujo imposto será realizado quando do desfazimento das correspondentes provisões e também com base na previsão de lucratividade futura cuja compensação é suportada por projeções de lucros tributáveis, já aprovados, descontadas a valor presente, conforme disposições das Deliberações CVM nºs 237/98 e 271/02, conforme demonstrado a seguir:

(ii) **Tributos diferidos passivo:** A Companhia calculou tributos diferidos passivos sobre as reavaliações efetuadas e está transferindo este valor para o resultado à medida de sua realização por depreciação ou baixa dos bens.

	Controladora	2011	2010	Consolidado	2011	2010
Prejuízo fiscal de imposto de renda a compensar	17.742	4.005	17.742	4.205		
Base negativa da contribuição social	3.950	1.542	3.950	1.670		
Diferenças temporárias						
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	1.551	-	1.551	1.546		
Provisões para contingências	1.298	-	1.298	1.952		
Provisões de comissões sobre vendas	219	-	219	-		
Provisões para PLR	746	-	746	728		
Provisão para perdas em inventário	642	-	642	298		
Provisão para perdas de imobilizado destinado a venda	1.322	-	1.322	1.434		
Outros	5.247	47	5.247	1.612		
	32.717	5.594	32.717	13.445		

A expectativa de realização do saldo ativo consolidado de imposto de renda e contribuição social diferidos encontra-se demonstrada a seguir:

	Controladora	2011	2010	Consolidado	2011	2010
Prejuízo fiscal de imposto de renda a compensar	17.742	4.005	17.742	4.205		
Base negativa da contribuição social	3.950	1.542	3.950	1.670		
Diferenças temporárias						
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	1.551	-	1.551	1.546		
Provisões para contingências	1.298	-	1.298	1.952		
Provisões de comissões sobre vendas	219	-	219	-		
Provisões para PLR	746	-	746	728		
Provisão para perdas em inventário	642	-	642	298		
Provisão para perdas de imobilizado destinado a venda	1.322	-	1.322	1.434		
Outros	5.247	47	5.247	1.612		
	32.717	5.594	32.717	13.445		

As projeções de realização do saldo ativo consolidado de imposto de renda e contribuição social diferidos encontra-se demonstrada a seguir:

	Controladora	2011	2010	Consolidado	2011	2010
Prejuízo fiscal de imposto de renda a compensar	17.742	4.005	17.742	4.205		
Base negativa da contribuição social	3.950	1.542	3.950	1.670		
Diferenças temporárias						
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	1.551	-	1.551	1.546		
Provisões para contingências	1.298	-	1.298	1.952		
Provisões de comissões sobre vendas	219	-	219			